

O Elo Entre Saúde Global e HIV/Aids: Uma Revisão de Teses e Dissertações Brasileiras

The Link Between Global Health and HIV/Aids: A Review of Brazilian Theses and Dissertations

Juliane Soldi Malgarin¹
Sofia de Moraes Orsatto²
Deyse Anne Barbosa de Paulo³
Márcio José de Almeida⁴
William Augusto Gomes de Oliveira Bellani⁵

RESUMO

A saúde global é fundamental para o desenvolvimento econômico dos países, pois transcende fronteiras nacionais e requer abordagens abrangentes para lidar com questões de saúde, particularmente em populações vulneráveis. O Brasil desempenha um papel ativo na diplomacia da saúde global, fortalecendo sua influência por meio da cooperação internacional. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo revisar teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação no Brasil sobre a saúde global e o HIV/Aids. A análise incluiu seis produções, os temas abordados incluíram fatores influenciadores na efetividade do combate ao HIV/Aids e a cooperação internacional. A discussão se dividiu em dois eixos principais: cooperação internacional e fatores influenciadores na abordagem do HIV/Aids. As conclusões apontam para evolução e

¹ Bolsista de Iniciação Científica. Mestre em Biociências e Biotecnologia pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. Acadêmica de Medicina na Faculdades Pequeno Príncipe (Curitiba/PR). E-mail: jmalgarin@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9319-4542.

² Bolsista de Iniciação Científica. Acadêmica de Medicina na Faculdades Pequeno Príncipe (Curitiba/PR). E-mail: sofia.orsatto@aluno.fpp.edu.br. ORCID: 0000-0003-2882-8005.

³ Mestranda em Ensino nas Ciências da Saúde pela Faculdades Pequeno Príncipe (Curitiba/PR). E-mail: deyse.paulo@aluno.fpp.edu.br. ORCID: 0000-0003-2057-9243.

⁴ Doutor em Saúde Pública pela Universidade de Saúde Paulo - USP. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino nas Ciências da Saúde da Faculdades Pequeno Príncipe (Curitiba/PR). E-mail: marciojalmeida2015@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6929-5340.

⁵ Doutor em Saúde Coletiva pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino nas Ciências da Saúde da Faculdades Pequeno Príncipe (Curitiba/PR). E-mail: william.bellani@gmail.com. ORCID: 0000-0002-1429-616X.

Revista Interdisciplinar

necessidade de ampliar os estudos nessa área, visando aprimorar abordagens e estratégias para combater efetivamente a epidemia do HIV/Aids.

PALAVRAS-CHAVE: HIV; Saúde Global; Diplomacia em Saúde; Estratégias de Saúde Globais; Cooperação Internacional.

ABSTRACT

Global health is fundamental to the economic development of countries since it transcends national borders, and requires comprehensive approaches to deal with health issues, mainly with people in social vulnerability. Brazil plays an active role in global health, strengthening its influence through international cooperation. In this context, this research objective is to review theses and dissertations produced in Brazilian Post Graduate Programs on global health and HIV/Aids. The analysis included six productions and the subjects addressed included factors that influence the effectiveness on fighting against HIV/Aids and international cooperation. The discussion was divided into the following areas: international cooperation and influencing factors in the approach to HIV/Aids. The conclusions point to developments and the need to expand studies in this area, aiming to improve methods and strategies to combat the HIV/Aids epidemic effectively.

KEYWORDS: HIV; Global Health; Health Diplomacy; Global Health Strategies; International Cooperation.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A saúde global vai além das fronteiras nacionais ao lidar com as necessidades de saúde de uma população em uma escala que exige cooperação internacional, ecoando o espírito das primeiras conferências sanitárias internacionais, como a realizada em Paris em 1851. Este campo, moldado pelas interações entre saúde, comércio e relações internacionais, destaca a importância estratégica de enfrentar questões de saúde em uma perspectiva global, amplificada, que transcende fronteiras nacionais e considera a saúde do globo (Panisset, 2017).

À medida que a saúde global evolui, sua relevância política e social se intensifica, não apenas como indicador de bem-estar e de garantia de direitos fundamentais, mas como elemento chave para o desenvolvimento econômico dos países (Ruckert *et al.*, 2017). A pandemia de Covid-19 ressaltou a necessidade de reavaliar políticas globais de saúde e comércio, sublinhando a

Revista Interdisciplinar

interconexão entre ambos e incentivando a revisão de acordos comerciais para abordar impactos na saúde global (Barlow *et al.*, 2021).

Explorar a saúde global implica compreender os determinantes sociais e ambientais que profundamente influenciam a saúde das populações, muitas vezes ligados à vulnerabilidade social, discriminação e desigualdade (Abba-Aji *et al.*, 2022). Esses determinantes desempenham um papel crítico em diversas questões de saúde global (Barreto, 2017). Populações em extrema pobreza e desnutrição tornam-se particularmente vulneráveis a doenças como tuberculose e HIV/Aids, destacando a necessidade de abordagens abrangentes que considerem tanto os fatores e determinantes sociais de uma população quanto os de saúde (Who, 2013a; Barreto, 2017). Nessa perspectiva, Silva (2021), ao analisar o funcionamento da sociedade contemporânea pela ótica de Michel Foucault, apresenta que, na lógica neoliberalista que a rege, não são vidas que importam, sendo elas descartáveis, mas sim, bens, produtos e relações comerciais. O autor apresenta a questão aguda da vulnerabilidade social como algo negligenciado no Brasil e que carece de atenção governamental, justamente pelo interesse estar voltado à produção e consumo do mercado, colocando os direitos do indivíduo em segundo plano. Nesse sentido, para que haja maior compreensão e enfrentamento da situação de vulnerabilidade social, deve-se ter consciência do modelo governamental que articula e rege a sociedade.

Nos últimos anos, houve melhorias significativas nas condições de vida e de saúde em muitos países, impulsionadas por avanços políticos, econômicos, sociais, educacionais e na área da saúde. Na América Latina, por exemplo, a expectativa de vida aumentou consideravelmente. No entanto, ainda persistem desigualdades profundas entre países, dentro deles e entre diferentes grupos sociais (Buss *et al.*, 2020).

No cenário da saúde global, a epidemia de HIV/Aids destaca-se como temática devido a sua relevância global, suas particularidades, estigmas, obstáculos e continua a desafiar comunidades em todo o mundo, transcendendo fronteiras nacionais e exigindo uma abordagem global para prevenção, tratamento e mitigação (Lucas; Böschemeier; Souza, 2023; Bellani *et al.*, 2012). Além disso, o Brasil ganha destaque internacional por sua trajetória no combate à epidemia, consolidando políticas nacionais adaptadas às peculiaridades do contexto internacional e construindo uma agenda de cooperação Sul-Sul (Lima, 2017).



Revista Interdisciplinar

Diante disso, o objetivo do presente trabalho foi não apenas aprofundar o entendimento das políticas internacionais, dos agentes políticos e sociais envolvidos para combater essa epidemia, mas também enfatizar o papel crucial da comunidade acadêmica brasileira por meio de seus Programas de Pós-Graduação na promoção do debate sobre o assunto. A temática do HIV/Aids é de extrema relevância para a saúde global, visto que não apenas o vírus, mas também as relações, existências e consequências da infecção do HIV e da possível doença (Aids) transcendem as barreiras físicas demarcadas. Assim, para que se combata e se compreenda um dilema complexo que ultrapassa limites geográficos, é necessário buscar estratégias e soluções que igualmente extrapolem essas demarcações.

Reconhecendo a importância crítica dessa contribuição tanto no âmbito nacional quanto internacional, foi realizada uma revisão integrativa de teses e dissertações brasileiras relacionadas à saúde global e ao HIV/Aids.

2. METODOLOGIA

2.1 Estratégia de Pesquisa

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, uma abordagem metodológica que possibilita a síntese de estudos de diferentes métodos de pesquisa para obter uma visão abrangente de um tópico específico (Whittemore; Knafl, 2005). A pergunta norteadora da pesquisa foi: De que maneira a saúde global se relaciona com a temática do HIV/Aids nas teses e dissertações brasileiras? Este estudo consistiu em uma revisão realizada em julho de 2023 no Catálogo de Teses e Dissertações do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculado ao Ministério da Educação do Brasil, responsável pela expansão e consolidação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em todos os estados brasileiros. Foi conduzida uma busca de dados por meio da utilização dos descritores "saúde global" e "HIV" combinados com o operador booleano "AND", resultando em 16 registros.



2.2 Critérios de Elegibilidade

Os critérios de inclusão utilizados durante a pesquisa foram teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas por Programas de Pós-Graduação do Brasil sobre a temática saúde global e HIV/Aids, disponíveis na íntegra. Os critérios de exclusão utilizados foram estudos que não abordassem o tema delimitado ou estudos que estivessem duplicados na plataforma de busca. Não houve recorte temporal, sendo assim, preferiu-se abranger os estudos disponíveis, independente do seu ano de publicação. Não houve recorte por idioma.

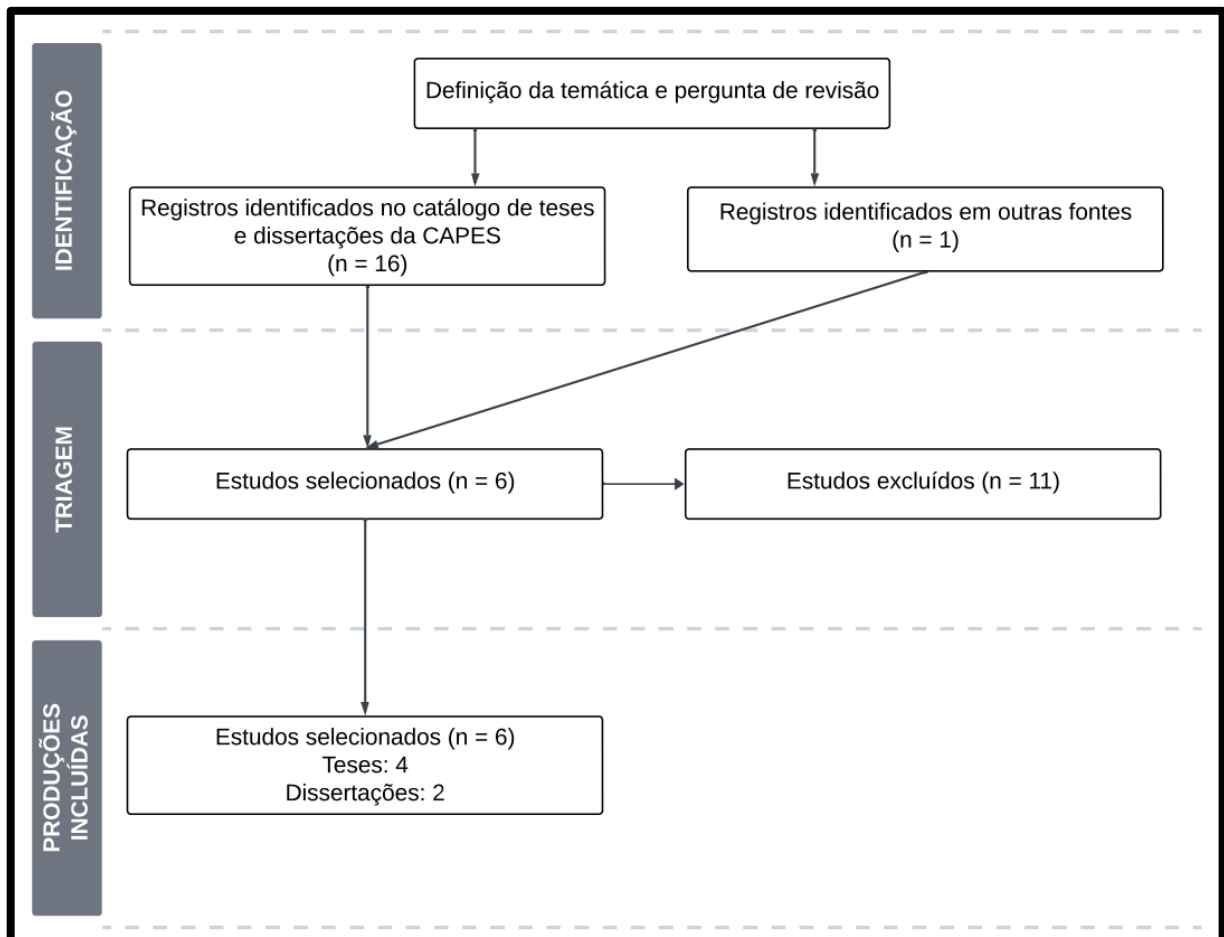
Foram excluídos onze estudos, nove dissertações e duas teses, uma vez que não abordavam a temática saúde global e HIV/Aids. Assim, participaram do presente trabalho: seis estudos, sendo duas dissertações e quatro teses.

2.3 Extração e Análise dos Dados

Inicialmente, os estudos foram pré-selecionados pelos títulos e seus resumos foram lidos para verificar se atendiam ao objetivo proposto para essa revisão. Em seguida foi realizada a leitura na íntegra das teses e dissertações incluídas. A análise dos dados foi realizada qualitativamente por meio da verificação dos temas que englobam três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (Minayo, 2013). Os temas comuns das teses e dissertações foram agrupados, originando os eixos temáticos: cooperação internacional e fatores que influenciam na efetividade da abordagem frente ao HIV/Aids.

Não foi necessária a apreciação ética da pesquisa, visto que os dados são secundários e de domínio público. A Figura 1 expõe o fluxograma de seleção dos estudos.

Figura 1 - Fluxograma de Seleção: Busca e Triagem das produções sobre a relação entre saúde global e HIV/Aids, Julho de 2023.



Fonte: Autores, 2024.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 retrata a caracterização dos estudos selecionados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, de acordo com as categorias temáticas de análise.

Tabela 1 - Caracterização dos estudos selecionados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, de acordo com as categorias. Julho/2023.

Categoria	Título	Autor/ ano	Objetivo	Procedência
Dissertação	Aids na fronteira: Uma análise dos acordos e projetos de cooperação internacional do Brasil	Flávia Thedim Costa Bueno, 2012.	Analisar acordos e projetos de cooperação técnica, que englobem temáticas do HIV/AIDS e/ou saúde nas fronteiras, a fim de estabelecer como o Brasil tem respondido à problemática na região limdeira.	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ.
Dissertação	A resposta brasileira à AIDS: o percurso dos anos iniciais das ONGs até 2001	Sandro Coutinho da Silva, 2022.	Fazer uma análise sobre os fatores que levaram o Brasil a alcançar um status de reconhecimento internacional em relação ao combate à epidemia de HIV e Aids.	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ.
Tese	Cooperação internacional do Brasil em HIV/Aids: institucionalização e especificidades nos contextos nacional e internacional	Thaísa Gois Farias de Moura Santos Lima, 2017.	Esta pesquisa aborda o período de 2002 a 2014 e examina a cooperação internacional do Brasil no contexto do HIV/Aids. O estudo retrocede aos anos 1980-90 para compreender a dinâmica da disseminação global da Aids e a resposta brasileira. São analisados diversos aspectos e por fim, se observa que a trajetória, no entanto, não foi linear e teve desafios, destacando a capacidade de negociação da equipe nacional em diferentes contextos, configurando a "especificidade brasileira da resposta ao HIV/Aids".	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, (Fiocruz), RJ.
Tese	De onde vem, para onde vai Sida? Caminhos possíveis para erradicação da epidemia de HIV a	Márcia Cavalcante Vinhas Lucas, 2018.	Conhecer e analisar experiências de pessoas que vivenciam a epidemia HIV/aids no contexto atual de adoção de estratégias terapêuticas para alcançar metas nacionais e	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), RN.

Revista Interdisciplinar

	partir do tempo presente		internacionais de erradicação da epidemia até 2030.	
Tese	Fronteiras virais, epidemiológicas e sociais do HIV entre a Guiana Francesa e o extremo norte do Brasil	Flávia Carolina de Paula Divino, 2023.	Identificar os determinantes que possivelmente influenciam na disseminação do HIV na região transfronteiriça entre o Brasil e a Guiana Francesa.	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ.
Tese	Inovação orientada por necessidade de saúde pública e acesso: o desenvolvimento de bens terapêuticos para o Sistema Único de Saúde	Koichi Kameda de Figueiredo Carvalho, 2017.	Aprofundar a reflexão sobre a produção de tecnologias pelo Brasil para atender demandas do seu sistema de saúde.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro - RJ.

Fonte: Autores, 2024.

Das seis produções selecionadas, 66,6% (n=4) eram teses de doutorado e 33,3% (n=2) dissertações de mestrado. Em relação aos principais temas abordados, observa-se uma distribuição equitativa nas pesquisas analisadas, onde metade dos estudos (50%) concentram-se nos fatores que afetam a eficácia das estratégias de combate ao HIV/Aids, enquanto a outra metade foca na questão da cooperação internacional (50%), conforme indicado na Tabela 2.

Tabela 2 - Estudos selecionados de acordo com as categorias descritas a partir da temática predominante.

Categoria	Teses	Dissertações	Total	Total %
Cooperação Internacional	02	01	03	50%



Revista Interdisciplinar

Efetividade de abordagem	02	01	03	50%
TOTAL	04	02	06	100%

Fonte: Autores, 2024.

A análise da distribuição geográfica dos estudos revela que os Programas de Pós-Graduação da região do Sudeste do Brasil, em particular o estado do Rio de Janeiro, lideraram a produção de teses e dissertações registradas na CAPES sobre HIV/Aids, representando 83% (n=5) do total. A região Nordeste contribuiu com 17% (n=1) da produção. É relevante notar que ambas as macrorregiões não compartilham fronteiras com outros países. Por outro lado, os Programas de Pós-Graduação das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, que fazem fronteira com outros países, não apresentaram produção científica neste estudo.

Quanto à abordagem metodológica, observou-se a prevalência de estudos qualitativos (n=4), seguida de estudo quantitativo (n=1) e misto (n=1). Feita a análise da distribuição temporal quanto ao número de publicações, nota-se que as produções iniciaram no ano de 2012, sendo a seguinte apenas publicada em 2017 e a última em 2023.

Além disso, todas as pesquisas utilizadas nesta revisão foram conduzidas por instituições públicas, representando 17% (n=1) na esfera estadual e 83% (n=5) na esfera federal. Destas, 67% (n=4) estão vinculadas à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), uma instituição de ciência e tecnologia em saúde ligada ao Ministério da Saúde brasileiro. A missão da Fiocruz é "produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais" (FIOCRUZ, 2010).

O fato de que todos os estudos utilizados nesta revisão são provenientes de instituições públicas, incluindo a Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, reflete o panorama atual da pesquisa científica no



Revista Interdisciplinar

Brasil. De acordo com levantamento realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Ministério da Educação, 15 universidades públicas são responsáveis por 60% do conhecimento científico produzido no país, com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro entre elas. Esse dado destaca o papel crucial das instituições públicas no crescimento e desenvolvimento da ciência brasileira, que registrou um aumento de 30% entre 2013 e 2018, o dobro da média mundial de 15%. Essa posição reafirma o Brasil como o 13º maior produtor de ciência do mundo em número de pesquisas publicadas (Clarivate Analytics, 2019).

Na pesquisa "A Ciência e a Tecnologia no Olhar dos Brasileiros", conduzida em 2015 para avaliar a percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil, pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com a participação de 1.962 indivíduos acima de 16 anos em todas as regiões do país, apenas 13% dos participantes conseguiram citar o nome de pelo menos uma instituição de pesquisa nacional. Entre as instituições mencionadas, a mais lembrada foi a Fiocruz, com 19% das menções. Esse estudo revela um cenário preocupante, no qual as universidades não são percebidas pela população como instituições de pesquisa, apesar de serem as principais responsáveis pela produção científica nacional (CGEE, 2015).

No período de 2014 a 2018, dentre as 50 instituições que mais publicaram trabalhos no Brasil, 43 são universidades públicas (36 federais e sete estaduais), e cinco são institutos federais de pesquisa. No âmbito das instituições não universitárias, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) encabeça a lista com 7.712 publicações, seguida pela Fiocruz, com 7.464 trabalhos (Clarivate Analytics, 2019).

No artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), foi estabelecido o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades do país, promovendo a integração entre essas atividades e abolindo a distinção entre professores e pesquisadores. Isso confere aos ambientes universitários e acadêmicos a responsabilidade de ampliar o diálogo com a população, produzir conhecimentos socialmente relevantes e oferecer uma formação acadêmica alinhada com as necessidades sociais e de pesquisa do Brasil. É imperativo que se mantenha a proximidade entre universidade e sociedade, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisas e à educação em saúde (Gonçalves, 2015).

3.1 Eixo temático 1: Cooperação Internacional

A primeira pesquisa do eixo intitulado “Fronteiras virais, epidemiológicas e sociais do HIV entre Guiana Francesa e o extremo norte do Brasil” (Divino, 2023) teve por objetivo identificar quais os determinantes sociais da saúde que possivelmente podem influenciar na disseminação do HIV na região transfronteiriça entre o Brasil e a Guiana Francesa, a caracterização da epidemia na fronteira, a caracterização socioeconômica das pessoas que vivem com o vírus e uma análise dos determinantes, além do estudo das mobilidades e migrações que acontecem na região.

Foi realizado um estudo misto que se baseou na abordagem dos determinantes sociais de saúde combinando análises quantitativas e uma ampla abordagem qualitativa, como: observações, levantamento situacional, estudo retrospectivo e entrevistas, visando uma melhor compreensão da dinâmica de disseminação do HIV/Aids na fronteira do extremo norte do Brasil (município de Oiapoque) e Saint Georges, território francês.

Há um grande desencontro em relação aos dados efetivos de HIV/Aids nessa região dificultando a comunicação entre os países. Ainda, se percebeu que o SUS do município de Oiapoque parece ser insuficiente e com isso sofre as consequências. Cabe salientar, que o abandono ao tratamento causa um dano significativo para as políticas de controle da epidemia HIV/Aids, sobretudo onde há populações altamente móveis, como os garimpeiros que necessitam de atenção especial.

As entrevistas deram a oportunidade de complementar as informações epidemiológicas que já havia dessa fronteira, porém com um olhar mais subjetivo, além da frieza dos números. Por fim, a tese traz que os determinantes estariam influenciando a disseminação do HIV/Aids nessas duas regiões com: a fragilidade do nível de saúde local; o modo de vida do garimpo com vulnerabilidades socioambientais; a necessidade de melhora na interação entre saúde e organização não governamental que atuam na região; a precariedade nas condições de vida e trabalho; a falta de acesso a saúde integral; e a falta de conhecimento sobre HIV/Aids pela população.

Revista Interdisciplinar

Já a pesquisa intitulada “Aids na fronteira: Uma análise dos acordos e projetos de cooperação internacional do Brasil” (Bueno, 2012) analisou acordos bilaterais entre o Brasil e todos os países da América do Sul com quem faz fronteira, com exceção da Guiana Francesa, além de projetos de cooperação técnica que englobam temáticas do HIV/Aids e/ou saúde nas fronteiras, a fim de estabelecer como o Brasil tem respondido à problemática na região.

O objetivo foi compreender as características das respostas nacionais dos países fronteiriços ao Brasil e a relação do Brasil com estes na temática do HIV/Aids. Foram mapeados os processos e as instituições envolvidas nessa cooperação em saúde. A pesquisa cita o Brasil como mundialmente conhecido pela sua participação em temas ligados à saúde, sendo um dos líderes internacionais em saúde global e que se destaca como pioneiro entre os países em desenvolvimento na atenção ao HIV/Aids.

Em relação à cooperação internacional, o Brasil tem dado prioridade ao estabelecimento de parcerias com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com nações da América Latina. Isso se justifica pelas extensas fronteiras brasileiras, que abrangem quase todos os países sul-americanos, com exceção do Chile e Equador.

A pesquisa traz alguns fatores que demonstram a necessidade de estabelecimento de vínculos entre fronteiras: a presença de uma população altamente itinerante, a concentração de grupos como trabalhadores do sexo, a precariedade de serviços públicos como saúde e educação, e a distância dessa região dos grandes centros urbanos do país, aumentando a vulnerabilidade da população ao HIV/Aids. Por ser uma região em que o contato entre os países supera as barreiras geográficas, a cooperação internacional torna-se essencial frente às questões que emergem nas fronteiras.

Por meio da análise dos acordos, afirma-se que a cooperação internacional em HIV/Aids do Brasil aproxima-se bastante do conceito de Cooperação Estruturante em Saúde (Almeida, 2010), evidenciado pelo compartilhamento das responsabilidades entre as instituições envolvidas nos acordos e projetos de cooperação.

A pesquisa concluiu que o ato de cooperação internacional tem diversas implicações políticas e financeiras, e o Brasil, considerado expoente no que se refere à resposta ao HIV/Aids,

demonstrou-se capacitado para cooperar com os países da América do Sul no enfrentamento à epidemia.

A terceira e última pesquisa analisada, intitulada "Cooperação Internacional do Brasil em HIV/Aids: Institucionalização e especificidades nos contextos nacional e internacional" (Lima, 2017), realiza um estudo sobre como se deu a cooperação internacional do Brasil frente ao HIV/Aids, englobando as relações entre o Ministério da Saúde, organizações multilaterais, agências financiadoras, Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, além dos projetos e mecanismos de cooperação Sul-Sul e com outras nações, como Estados Unidos e França.

O foco da pesquisa foi compreender a cooperação internacional, seus eixos articuladores e suas relações com a política externa brasileira, envolvendo os atores supracitados. A pesquisa descreve detalhadamente como se deram os acordos, incentivos e articulações entre diversos membros envolvidos no combate ao HIV/Aids, como o Congresso Nacional, a Comissão Nacional de Aids (CNAIDS), o Banco Mundial, o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais, entre outras instituições envolvidas, o que demonstra a abrangência e a complexidade do processo de estabelecimento de políticas de enfrentamento a uma epidemia de forma efetiva, visto que instituições com interesses, responsabilidades e deveres distintos, não raro, opostos, necessitam realinhar-se visando o enfrentamento de uma causa.

O estudo divide a cooperação internacional brasileira em três etapas, sendo elas: fase 1 (anos 1990), em que o tema epidemia de HIV/Aids é institucionalizado no Sistema de Cooperação Internacional do Brasil; fase 2 (anos 2000), o país possui relativa autonomia frente ao manejo da crise; fase 3 (pós-2010), ocorre o fortalecimento e a aproximação institucional entre o Ministério da Saúde e o Ministério de Relações Exteriores.

A tese demonstra que a efetividade e o alcance da resposta brasileira ao HIV/Aids estão intrinsecamente correlacionados às ações de cooperação internacional recebidas e prestadas, majoritariamente nos respectivos períodos de: 1990, primeira década de 2000 e entre 2011 e 2014. Tal alcance se deve principalmente ao fato de que o Brasil foi pioneiro, como país em desenvolvimento, a implementar uma política nacional de resposta à epidemia, com acesso

Revista Interdisciplinar

universal à prevenção, diagnóstico, atenção e tratamento (Brasil, 2002; Bastos, 2006). A ponto de que em meados de 2002, a política de acesso universal à prevenção e tratamento para a HIV/Aids no Brasil já demonstrava maturação suficiente para ser replicada em outras nações, visto que a abordagem profilática utilizada no país possibilitava não somente a redução de mortalidade e morbidade por HIV/Aids, mas também reduzia custos, influenciando nas decisões que envolviam a economia do país.

Ademais, internacionalmente, a cooperação técnica no Sistema da Organização da Nações Unidas (ONU) destacou-se visando controlar a disseminação global do vírus. Nacionalmente, as organizações não governamentais (ONG) e o acesso aos medicamentos antirretrovirais (ARV) possibilitaram a visibilidade e o protagonismo brasileiro frente à epidemia.

Nos anos 1990, ocorreram as primeiras cooperações Sul-Sul brasileiras na temática de HIV/Aids. Em 2002, o Brasil lançou o Programa de Cooperação, preconizando que as diretrizes utilizadas nacionalmente poderiam ser replicadas aos demais países em desenvolvimento. Apesar de repleta de lacunas e dilemas, os resultados demonstraram que a construção coletiva de políticas internacionais de resposta à epidemia entre países, majoritariamente em desenvolvimento, enriqueceu a compreensão entre as relações internacionais e de saúde, evidenciando o papel urgente da diplomacia em saúde em esfera global.

Ademais, o conceito de "especificidade brasileira de resposta ao HIV/Aids" ou "especificidade de cooperação internacional do Brasil em HIV/Aids" também foi destaque frente aos resultados encontrados, em que a importância do Brasil como protagonista na atuação internacional em saúde de forma única foi evidenciada. Tal protagonismo ocorre devido ao enfrentamento da epidemia do HIV/Aids como país em desenvolvimento, que carece de recursos, e que enfrenta percalços quanto à garantia do direito à saúde em diversos âmbitos, mas que se demonstrou exemplar ao manejar os recursos disponíveis - humanos, políticos, financeiros e materiais.

A pesquisa conclui que a trajetória de cooperação internacional do Brasil em relação ao HIV/Aids foi fortemente influenciada pelo papel de liderança assumido pelo governo brasileiro na agenda global de controle da epidemia. Isso colocou a diplomacia em destaque, pois uma doença

Revista Interdisciplinar

de alcance global foi colocada como prioridade na agenda de saúde da política externa brasileira. Essa abordagem fortaleceu o SUS como uma instituição fundamental, representando o discurso de acesso universal aos medicamentos em nível internacional.

Este eixo da cooperação internacional mostra que os questionamentos acerca da saúde global ganharam proeminência com a eclosão da epidemia de HIV/Aids na década de 1980, instigando uma abordagem inovadora para o ativismo transnacional. Este cenário trouxe à tona uma perspectiva renovada, que colocou a saúde global no epicentro das discussões como uma estratégia para atenuar os impactos devastadores da incompreensão acerca de uma nova enfermidade. Essa abordagem visou fomentar o apoio internacional em prol do acesso aos tratamentos, incentivar pesquisas, promover práticas clínicas eficazes e influenciar mudanças no comportamento social (Fedatto, 2015).

A expressiva mobilização internacional no combate à epidemia garantiu avanços significativos tanto na prevenção quanto no tratamento, diagnóstico e qualidade de vida dos indivíduos vivendo com HIV/Aids. No Brasil, o surgimento da epidemia na década de 1980, no período pós-ditadura militar, foi marcado por uma resposta proativa, sendo a não discriminação e o apoio aos direitos humanos fatores convergentes. Contrariando o que ocorreu durante o período ditatorial no Brasil (1964 - 1985), se antes o regime reprimiu e retirou das pessoas seus direitos, sua singularidade e o exercício de sua liberdade, violando sua humanidade e forçando-as a manter-se um ser indiferente e condicionado às normas governamentais vigentes, como prezam os regimes totalitaristas (Pereira, 2019), o pós-ditadura rompeu com o que foi pregado durante o período ditatorial, devolvendo aos indivíduos seus direitos e sua dignidade, mesmo que abalados, e fortalecendo instituições sociais e de saúde. Essa abordagem resultou em medidas abrangentes de promoção e assistência à saúde da população (Corrêa, 2016).

Bueno (2012) oferece uma perspectiva única das fronteiras físicas do Brasil com os países da América Latina, destacando como essas fronteiras propiciam a ocorrência de cooperação internacional em saúde. Não apenas por conta da necessidade de mitigar desafios presentes em outras nações e suas áreas fronteiriças com o Brasil, como a precariedade de serviços públicos, a distância dessa região dos grandes centros urbanos do país e as elevadas taxas de prostituição, mas também para fortalecer a posição do Brasil como exemplo no enfrentamento à epidemia. Isso foi

Revista Interdisciplinar

alcançado por meio da diplomacia em saúde brasileira, consolidando sua influência na efetivação da cooperação internacional e permitindo o fortalecimento de acordos que ultrapassam o âmbito da saúde global, estabelecendo vínculos sociais, políticos e econômicos entre as nações.

Em 2014, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais do Ministério da Saúde do Brasil reiterou uma política significativa de descentralização das intervenções para a atenção primária à saúde e aos pacientes com HIV/Aids. Essa iniciativa incentivou a implementação de abordagens voltadas para a reestruturação do sistema em todas as instâncias de atendimento, concentrando-se especialmente na atenção primária à saúde. O propósito central dessa descentralização consistia em ampliar o acesso à testagem, tratamento e cuidados clínicos destinados a esses indivíduos (Silva, 2022).

A noção de acabar com a epidemia de HIV/Aids é considerada uma ideologia e é necessário reconhecer essa perspectiva (Parker, 2015). Contudo, a ONU mantém a assertiva de que a erradicação da epidemia de HIV/Aids até 2030 é possível mediante o alcance de metas específicas. Estas incluem a obtenção de diagnósticos para a maioria da população, com 90% desses casos em tratamento e alcançando supressão viral. A ONU justifica que, ao atingir tais metas, a supressão viral resultante diminuirá significativamente a transmissão do vírus (Lucas, 2018).

Por fim, é sabido que o Brasil desempenha atualmente um papel de destaque, mantendo acordos não apenas com países vizinhos, mas também implementando iniciativas louváveis de cooperação internacional. Dessa forma, conclui-se que, a viabilidade de erradicar a epidemia de HIV/Aids em um futuro, embora incerto, pode ser fundamentada em uma abordagem de cuidado com ênfase na prevenção, em contraste a abordagem utilizada hoje que se baseia em tratamento. Essa perspectiva se apresenta como mais realizável no presente, especialmente para pacientes ou indivíduos em risco de contrair o vírus.

3.2 Eixo Temático 2: Fatores que influenciam a efetividade da abordagem frente ao HIV/Aids

Com uma abordagem voltada para os desafios da efetivação da saúde como direito fundamental e dever do Estado, a primeira pesquisa desse eixo intitulada “Inovação orientada por necessidade de saúde pública e acesso: o desenvolvimento de bens terapêuticos para o sistema único de saúde” (Carvalho, 2017), elenca alguns destes desafios: limite de recursos, falta de acesso à disponibilização de tecnologias para a assistência à saúde, como medicamentos, vacinas, testes diagnósticos *in vitro* e equipamentos médicos.

O objetivo da tese foi aprofundar a reflexão sobre a produção de tecnologias por um país do sul do globo, como o Brasil, para atender as demandas de seu próprio sistema de saúde, em um contexto de dominação do mercado global farmacêutico e biotecnológico pelo conjunto de empresas multinacionais.

Discutindo a apropriação privada de bens terapêuticos, prática considerada antiética até o início do século 20 e que se tornou uma regra a partir da articulação entre ciência, saúde e comércio, com a edição do Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS), em que foram estabelecidos patamares mínimos para a proteção dos bens intelectuais, incluindo medicamentos essenciais (Brasil, 1994). Essa prática constitui um dos pilares do modelo de negócios da indústria farmacêutica multinacional, e tem como resultado o desestímulo à produção de inovações sem potencial lucrativo.

A pesquisa analisou duas iniciativas que surgiram como resposta a uma arquitetura hegemônica de produção farmacêutica: o consórcio internacional FACT (Terapia de Combinação em Dose Fixa de Artesunato, em tradução da sigla em inglês) para desenvolver o medicamento contra a malária, artesunato-mefloquina (FACT/ASMQ), e o consórcio nacional para desenvolver uma versão local do teste de ácidos nucleicos para triagem de sangue para fins transfusionais (NAT brasileiro). Tais modelos alternativos de produção, orientados primordialmente por necessidade de saúde pública, ligadas a demandas do SUS, têm como objetivo melhorar o acesso a tecnologias essenciais, incentivando a autonomia farmacêutica do país.

Revista Interdisciplinar

A experiência relacionada à resposta brasileira no combate à epidemia de HIV/Aids evidenciou a necessidade de estratégia, negociação de preços e uso de flexibilidades frente aos monopólios de patentes por parte do Estado, visando assegurar o acesso da população aos medicamentos essenciais. No segmento de vacinas, a produção pública desses bens já se mostrou fundamental para assegurar a sua disponibilização, assim como a experiência brasileira frente à epidemia do HIV/Aids, vista como um modelo a ser seguido por outras nações.

Neste contexto, o Estado brasileiro é um ator fundamental, como já havia se mostrado enquanto “Estado ativista”, atuando nacional e internacionalmente para assegurar o acesso de sua população aos tratamentos contra HIV/Aids. A busca por autonomia farmacêutica, ainda que talvez nunca completamente absoluta, tem levado o Estado a se afirmar como coordenador, partícipe e mesmo empreendedor da produção de tecnologias para o seu sistema público de saúde. Assim, a pesquisa demonstra a repercussão de políticas de localização de tecnologias no território nacional, possibilitando a criação de infraestrutura, tecnologia e formação de pessoal visando garantir a autonomia do país no contexto da produção de insumos.

A tese de Lucas (2018), intitulada "De onde vem, para onde vai Sida? Caminhos possíveis para erradicação da epidemia de HIV a partir do tempo presente", aborda o cenário de reemergência da epidemia e a diminuição dos investimentos internacionais, juntamente com a intensificação dos setores conservadores em relação às políticas públicas. O estudo empregou duas metodologias centrais: entrevistas com foco em histórias de vida e pesquisa documental. Segundo a ONU, a erradicação da epidemia de HIV/Aids até 2030 é uma possibilidade, então a pesquisa propõe uma representação denominada de Mandala Ecológica da Prevenção Combinada e analisa seus resultados com base na sociologia das emergências.

Valorizando a diversidade como uma condição de partilha e solidariedade, o estudo critica o universalismo e enfatiza que a impossibilidade de completude cultural motiva a mudança. Propõe-se, portanto, proporcionar cuidado integral e acessível para toda a população, além de prevenir, diagnosticar e tratar garantindo a qualidade de vida para as pessoas vivendo com HIV/Aids ou em risco de contraí-lo.

Uma característica das atuais ações é a capacidade de realizar intervenções imediatas em diferentes localidades, potencialmente gerando uma ação global efetiva. No entanto, é importante destacar que a redução da mortalidade nem sempre é acompanhada de uma redução na incidência, o que, lamentavelmente, resulta em um aumento no número de pessoas vivendo com HIV/Aids.

A Mandala da Prevenção Combinada do Ministério da Saúde (Brasil, 2017) (Figura 2) indica a determinação das estratégias em relação à estrutura e aos comportamentos da sociedade. No entanto, é importante destacar que o conhecimento de diferentes riscos relacionados às práticas sexuais, que possuem grande relevância, não são abordados de forma abrangente nesta Mandala.

Figura 2. Mandala da prevenção combinada do HIV/Aids.



Fonte: Brasil, 2017.



Por conseguinte, a Mandala Ecológica de Prevenção Combinada é apresentada com um olhar mais aguçado sobre o modelo do Ministério da Saúde como uma potência e uma possibilidade de futuro no que diz respeito à epidemia de HIV/Aids. O objetivo é expressar a viabilidade de oferecer e garantir intervenções biomédicas, comportamentais e estruturais para prevenir o HIV/Aids, promovendo a redução de vulnerabilidades individuais, sociais e pragmáticas com base nos direitos humanos e centradas na pessoa e nas comunidades.

A pesquisa de Coutinho (2022) analisa os fatores que levaram o Brasil a ser reconhecido internacionalmente no combate à epidemia do HIV/Aids. Intitulada “A resposta brasileira à AIDS: o percurso dos anos iniciais das ONG até 2001”, a pesquisa aborda aspectos históricos, organizacionais e políticos, incluindo a Reforma Sanitária, a construção do SUS e os princípios da Constituição Federal de 1988, como a universalização, a equidade e a integralidade. Coutinho ressalta a valorização da participação da sociedade civil, das ONG, das autoridades médicas e acadêmicas como propulsores do cuidado e atenção do poder político frente à epidemia.

É enfatizado que a atenção dada ao HIV/Aids no Brasil não foi devido apenas aos números, mas ao conjunto de variáveis que o cercavam, como aspectos médicos, sociais, econômicos, simbólicos, culturais e políticos. É reiterado que o equilíbrio nas relações entre os atores do ativismo civil, acadêmico e governamental foi fundamental para que o Brasil alcançasse uma resposta tão eficaz ao combate ao HIV/Aids em 2001.

~~O eixo temático 2 da~~ Ademais, a pesquisa destaca que a Aids resultou em mais de 36 milhões de mortes globalmente, provocando mudanças demográficas, econômicas e sociais irreversíveis. O Brasil, como nação em desenvolvimento, se destacou pioneiramente na atenção à saúde de indivíduos infectados, notadamente devido ao SUS. O sistema proporcionou uma ampla cobertura da população, oferecendo terapia antirretroviral gratuitamente e promovendo a integração entre ONG, sociedade civil e pacientes. Essa abordagem não se limitou ao tratamento da doença, incluindo também a prevenção por meio da disseminação de informações e da distribuição gratuita de preservativos, agulhas e seringas descartáveis (Cueto, 2021; ONU, 2022).

Os achados enfatizam não apenas a importância de um sistema de saúde tecnicamente preparado e estruturalmente sólido, mas também a defesa da autonomia governamental. No contexto brasileiro, essa autonomia se manifesta na produção local de insumos médicos, visando prevenção, redução de comorbidades e tratamento. Destaca-se a relevância do licenciamento compulsório, previsto na Lei da Propriedade Industrial 9.279/96 (Brasil, 1996), como um fator essencial para enfrentar efetivamente qualquer doença, especialmente no contexto do HIV/Aids (Carvalho, 2017).

Coutinho (2022) realizou uma análise histórica dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento das ações em saúde pública durante as décadas de 1980 e 1990, culminando no reconhecimento internacional do Brasil no combate ao HIV/Aids. No início da década de 1980, a falta de conhecimento sobre a gravidade e a transmissibilidade da doença associava erroneamente o vírus à via sexual e, em particular, aos homossexuais. O estigma social e o preconceito dificultavam as relações sociais, contribuindo para o isolamento, a depressão e o distanciamento do tratamento. O papel crucial das ONG, como o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA/SP) e a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), é destacado, assim como o modelo de articulação entre sociedade civil, academia e esferas do poder público, que se mostrou eficaz no enfrentamento à doença.

Além do papel das ONG, o modelo de articulação entre sociedade civil, academia e esferas do poder público se mostrou eficaz no enfrentamento à doença. Essa integração intersetorial permitiu que cada esfera atuasse como agente protagonista na elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas. O contexto histórico de redemocratização, a Reforma Sanitária, a criação do SUS e o engajamento de ativistas de diversos setores foram cruciais para o desenvolvimento de políticas de saúde na época (Menicucci, 2014; Coutinho, 2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão abordou os principais eixos temáticos relacionados à produção de teses e dissertações nos Programas de Pós-Graduação brasileiros sobre o HIV/Aids e saúde global,

Revista Interdisciplinar

destacando os fatores que influenciam a eficácia das abordagens e a importância da cooperação internacional. Mesmo aquém do esperado, vale ressaltar que todas as pesquisas analisadas foram conduzidas por Programas de Pós-Graduação de instituições ou universidades públicas, o que enfatiza o papel fundamental do Estado na promoção da pesquisa científica em prol dos interesses públicos, reforçando a crucialidade do investimento contínuo nas áreas de pesquisa em saúde pública e saúde global. Essa observação destaca a importância das políticas de financiamento e incentivo à pesquisa científica em saúde como meios essenciais para promover avanços no conhecimento e para enfrentar os desafios e obstáculos da saúde global, como a epidemia de HIV/Aids.

Embora tenham sido identificadas lacunas e questões que carecem de maior aprofundamento, os resultados enfatizam a necessidade contínua de investimento em pesquisa, inovação e cooperação global para enfrentar efetivamente a epidemia de HIV/Aids. As lacunas incluem a necessidade de abordar os desafios na produção de tecnologias para prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV/Aids, superar os obstáculos do alinhamento e da comunicação efetiva entre nações para a cooperação internacional e analisar os aspectos socioeconômicos e condições de vida que contribuem para a propagação do vírus. Portanto, este estudo destaca a importância do papel da comunidade acadêmica brasileira na promoção do debate sobre o tema. Sugere-se que futuras pesquisas explorem essas lacunas e avancem no desenvolvimento de abordagens inovadoras para a prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV/Aids, visando promover avanços significativos na saúde global e na inclusão social das pessoas afetadas.

Assim, quanto às sugestões e possibilidades de pesquisas futuras, sugere-se atentar às temáticas que necessitam de maior aprofundamento por parte da comunidade acadêmica e científica, sendo elas: o desenvolvimento de vacinas eficazes contra o HIV, principalmente vacinas baseadas em mRNA (ácido ribonucleico mensageiro), que mostraram-se eficazes em outras doenças; as pesquisas sobre terapias e intervenções genéticas que alteram genes específicos para conferir resistência celular ao HIV; o aperfeiçoamento de terapias de longa duração e que reduzam a necessidade de administração diária e explorem estratégias curativas; a investigação das co-infecções e seus impactos, como hepatites virais e tuberculose, com o objetivo de desenvolver

estratégias integradas de tratamento; e as pesquisas sobre populações vulneráveis conduzidas para compreender melhor as dinâmicas específicas do HIV/Aids.

Além da necessidade de um aprofundamento maior por meio da pesquisa, que visa compreender, investigar, ampliar e propagar conhecimento e educação frente à temática do HIV/Aids e da sua relação com a saúde global, também faz-se urgente a aplicação de ações práticas que contribuam no combate ao estigma e ao preconceito às pessoas convivendo com o HIV. Campanhas de educação contínuas são essenciais para reduzir o estigma, aumentar o conhecimento sobre prevenção e promover comportamentos seguros, além da promoção de políticas que protejam os direitos das pessoas vivendo com HIV e combatam a discriminação. Isso inclui a implementação de leis antidiscriminação e programas de sensibilização para reduzir o estigma social. É necessário envolver as comunidades afetadas no planejamento e na implementação das ações práticas, visto que ações lideradas pela comunidade podem aumentar a aceitação e eficácia das intervenções. A educação sexual abrangente nas escolas pode desempenhar um papel crucial na prevenção do HIV entre jovens. A garantia do acesso adequado ao tratamento antirretroviral de forma digna, com respeito à integridade do indivíduo, fornecendo apoio psicológico é primordial. A ampliação do acesso aos testes rápidos para a detecção precoce e início do tratamento e os programas que garantam a distribuição e adesão aos antirretrovirais precisam ser fortalecidos. Intervenções de prevenção combinada, como a profilaxia pré-exposição (PrEP), a distribuição de preservativos e os programas de troca de seringas devem ser implementadas de forma integrada para alcançar populações em risco. Para que uma abordagem integral à saúde dos indivíduos ocorra adequadamente por meio dos profissionais da saúde, programas e cursos de educação continuada são opções a serem disponibilizadas e ofertadas pelas instituições de saúde, públicas e privadas com o objetivo de atualizar esses profissionais. O investimento no fortalecimento dos sistemas de saúde para melhorar sua infraestrutura, capacitar profissionais e garantir a sustentabilidade dos programas para HIV é determinante no sucesso deste desafio.

O combate ao HIV/Aids, suas consequências e obstáculos exigem um esforço multifacetado e multidisciplinar, integrando pesquisa científica com ações práticas e políticas públicas eficazes. A pesquisa contínua e a implementação de estratégias baseadas em evidências são essenciais para tornar as nações mais preparadas para o seu enfrentamento. Ao priorizar o

Revista Interdisciplinar

desenvolvimento científico e a justiça social, é possível progredir positiva e significativamente na luta contra essa complexa problemática.

Agradecimentos

À Fundação Araucária pela bolsa de estudos concedida à primeira autora.

REFERÊNCIAS

1. ABBA-AJI, M. et al. Ethnic/racial minorities' and migrants' access to COVID-19 vaccines: A systematic review of barriers and facilitators. **Journal of migration and health**, v. 5, p. 100086, 2022.
2. ALMEIDA, C.; CAMPOS, R. P. DE; BUSS, P.; FERREIRA, J. R.; FONSECA, L. E. A concepção brasileira de "cooperação Sul-Sul estruturante em saúde". **RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.25-35, mar., 2010.
3. BARLOW, P. et al. COVID-19 and the collapse of global trade: building an effective public health response. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 2, p. e102-e107, 2021.
4. BARRETO, M. L. **Saúde Global, grandes desafios contemporâneos: dinâmica populacional, determinantes, riscos e condições de saúde**. In: BUSS, P. M.; TOBAR, S. *Diplomacia em Saúde e Saúde Global, perspectivas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.
5. BASTOS, F. I. **A Aids na terceira década**. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, 2006. Acesso em: 15/06/2023.
6. BELLANI, W. A. G. O.; ARCHETTI, F. B.; MARTINS, M. C.; LIMA, A. A. S. Ranula in HIV patient: a case report. **Archives of Oral Research**, v. 8, p. 255-59, 2012.
7. BRANDT, A. How Aids Invented Global Health. **New England Journal of Medicine**, no. 368. 2013.
8. BRASIL. **Decreto no. 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Decreto 1.355/1994**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf>>. Acesso em: 01/12/2023.

Revista Interdisciplinar

9. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 15/06/2023.
10. BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Lei de Propriedade Industrial - LPI 9279/96**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.279%2C%20DE%2014,obriga%C3%A7%C3%B5es%20relativos%20%C3%A0%20propriedade%20industrial.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20regula,obriga%C3%A7%C3%B5es%20relativos%20%C3%A0%20propriedade%20industrial.&text=V%20%2D%20repress%C3%A3o%20%C3%A0%20concorr%C3%Aancia%20desleal.>. Acesso em: 15/06/2023.
11. BRASIL. **Ministério da Saúde. 5 passos para a implementação do manejo da infecção pelo HIV na atenção básica: guia para gestores**. 2014. Disponível em: <<http://antigo.aids.gov.br/pt-br/pub/2014/5-passos-para-implementacao-do-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-na-atencao-basica>>. Acesso em: 21/07/2023.
12. BRASIL. **Ministério da Saúde. Política Nacional de DST/aids: princípios e diretrizes / Coordenação Nacional de DST e Aids**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_17.pdf>. Acesso em: 18/08/2023.
13. BRASIL. **Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2012 - 2016, 4.4 Objetivo para o sistema de saúde - fortalecer a participação de Portugal na Saúde Global**, p 01-24, 2012. Disponível em: <<http://pns.dgs.pt/files/2012/02/Saude-Global.pdf>>. Acesso em: 15/06/2023.
14. BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Prevenção Combinada do HIV - Sumário Executivo**. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2017/prevencao-combinada-bases-conceituais-web.pdf>>. Acesso em: 10/02/2024.
15. BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS**. Brasília, DF: MS; 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2021/boletim-epidemiologico-especial-hiv-aids-2021.pdf>>. Acesso em: 15/06/2023.
16. BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde**. Saúde Brasil 2017: uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos objetivos de

Revista Interdisciplinar

desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2017_analise_situacao_saude_desafios_objetivos_desenvolvimento_sustentavel.pdf>. Acesso em: 18/06/2023.

17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de DST/Aids. Princípios e Diretrizes.** Brasília, 2002. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/162vig_hiv_005.pdf>. Acesso em: 20/06/2023.

18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de DST e Aids. Direitos Humanos e HIV/Aids: avanços e perspectivas para o enfrentamento da epidemia no Brasil.** — Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_huma_nos_hiv_aids.pdf>. Acesso em: 15/06/2023.

19. BUENO, F. T. C. **AIDS na fronteira: uma análise dos acordos e projetos de cooperação internacional do Brasil,** p. 139–139, 2012. Disponível em: <<http://bvssp.icict.fiocruz.br/lilddi/docsonline/get.php?id=3340>>. Acesso em: 26/08/2023.

20. BUSS, P. M. et al. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4723–4735, dez. 2020.

21. CARVALHO, K. K. F. Inovação orientada por necessidades de saúde pública e acesso: o desenvolvimento e a produção local de bens terapêuticos para o sistema único de saúde. **Uerj.br**, 2017. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/4770>>. Acesso em: 21/06/2023.

22. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **A ciência e a tecnologia no olhar dos brasileiros.** Percepção pública da C&T no Brasil: 2015. Brasília, DF: 2017. 152p. Disponível em: <https://www.cgge.org.br/documents/10195/11009696/percepcao_web.pdf/47ab69a2-bee7-4be1-acab-c5ae4e9bedde?version=1.5>. Acesso em: 06/04/2024.

23. CLARIVATE ANALYTICS. **Research in Brazil: Funding excellence.** Analysis prepared on behalf of CAPES by the Web of Science Group. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/ClarivateReport_2013-2018.pdf>. Acesso em: 05/04/2024.

24. COLVIN, C. J. HIV/AIDS, chronic diseases and globalization. **Globalization and Health.** 2011. Disponível em: <<https://globalizationandhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1744-8603-7-31>>. Acesso em: 20/06/2023.

Revista Interdisciplinar

25. CORRÊA, S. A resposta brasileira ao HIV e a Aids em tempos tormentosos e incertos. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. **Mitos vs realidade: sobre a resposta brasileira à epidemia de HIV e Aids em 2016**. Rio de Janeiro: ABIA, p. 9-17, 2016.
26. CUETO, M.; LOPES, G. Backlash in global health and the end of AIDS' exceptionalism in Brazil, 2007–2019. **Global Public Health**. 17:6, 815-826, 2021.
27. CUNHA, P. M. et al. Improvement of cellular health indicators and muscle quality in older women with different resistance training volumes. **Journal of sports sciences**, v. 36, n. 24, p. 2843-2848, 2018.
28. DEEKS, S. G; LEWIN, S. R; HAVLIR, D. V; The end of AIDS: HIV infection as a chronic disease. **Lancet**. p. 1525-1533, 2013.
29. FEDATTO, M. S. **A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA EFETIVAÇÃO DA SAÚDE GLOBAL: O PAPEL DO BRASIL NO COMBATE AO HIV**. Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI), n. 21. Set./Dez. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6476?mode=full>>. Acesso em: 12/07/2023.
30. FIOCRUZ. **Relatório final do VI Congresso Interno da Fiocruz de 2010**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/relatorio-final-do-vi-congresso-interno-da-fiocruz-de-2010>>. Acesso em: 04/02/2024.
31. GADELHA, A. J; ACCACIO, N; COSTA, R. L. B; et al. Morbidity and survival in advanced Aids in Rio de Janeiro, Brazil. **Rev Inst. Med. Trop**. 2002.
32. GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v.33, n.3, p. 1229 - 1256, 2015.
33. KYLE, U. G. et al. Bioelectrical impedance analysis—part I: review of principles and methods. **Clinical nutrition**, v. 23, n. 5, p. 1226-1243, 2004.
34. LIMA, T. G. F. M. S. **Cooperação internacional do Brasil em HIV/Aids: institucionalização e especificidades nos contextos nacional e internacional**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/31151/ve_Thaisa_Lima_ENSP_2017.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 17/08/2023.
35. LUCAS, M. C. V. De onde vem para onde vai sida? Caminhos possíveis para erradicação da epidemia de HIV a partir do tempo presente. Natal, RN. 2018. **Centro de Ciências da Saúde Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48589/1/Deondevem_Lucas_2018.pdf>. Acesso: 14/07/2023.

Revista Interdisciplinar

36. LUCAS, M. C. V.; BÖSCHEMEIER, A. G. E.; DE SOUZA, E. C. F. Sobre o presente e o futuro da epidemia HIV/Aids: a prevenção combinada em questão. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33053, 2023.
37. MENICUCCI, T. M. G. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 21, n. 1, pp. 77-92, 2014.
38. MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. Ed. São Paulo: Hucitec, p. 1087-1088, 2013.
39. MUNDSTOCK, E. et al. Association between phase angle from bioelectrical impedance analysis and level of physical activity: Systematic review and metaanalysis. **Clinical Nutrition**, v. 38, n. 4, p. 1504-1510, 2019.
40. **ONU - Organização das Nações Unidas. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). Estatísticas Brasil. 2022. Disponível em: <<https://unaid.org.br/estatisticas/>>. Acesso em: 22/06/2023.**
41. PANISSET, U. **Conceitos operacionais para diplomacia em saúde**: promovendo desenvolvimento humano por meio da cooperação internacional. In: BUSS, P. M.; TOBAR, S. **Diplomacia em Saúde e Saúde Global, perspectivas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/livro/diplomacia-em-saude-e-saude-global-perspectivas-latino-americanas>>. Acesso em: 26/07/2023.
42. PARKER, R. **O fim da Aids?** Rio de Janeiro: ABIA, 2015. Disponível em: <<https://abi aids.org.br/o-fim-da-aids/28618>>. Acesso em: 26/07/2023.
43. PEREIRA, S. Totalitarismo e desumanização: o ser humano privado de direitos fundamentais em Hannah Arendt. **Cadernos Cajuína**, V. 4, N. 2, 2019, p.160 - 172. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/viewFile/286/212>>. Acesso em: 11/07/2024.
44. RIBEIRO, A. S. et al. Hypertrophy-type resistance training improves phase angle in young adult men and women. **International journal of sports medicine**, v. 38, n. 01, p. 35-40, 2017a.
45. RIBEIRO, A. S. et al. Resistance training prescription with different load management methods improves phase angle in older women. **European journal of sport science**, v. 17, n. 7, p. 913-921, 2017.
46. RUCKERT, A. et al. **Diplomacia da saúde global**: uma revisão crítica da literatura. In: BUSS, P. M.; TOBAR, S. **Diplomacia em Saúde e Saúde Global, perspectivas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. Disponível em:



Revista Interdisciplinar

<<https://www.scielo.br/j/rsp/a/NPNrgkjTLVpQ6cmhVD8rTKk/?lang=pt&format=pdf>>.
Acesso em: 19/07/2023.

47. SILVA, R. Vidas descartáveis: poder e biopolítica na lógica neoliberal dos tempos hodiernos sob a ótica de Michel Foucault. **Cadernos Cajuína**, V. 6, N. 1, 2021, p. 245-255. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/462/356>>. Acesso em: 11/07/2024.

48. SILVA, S. C. DA. A resposta brasileira à AIDS: o percurso dos anos iniciais das ONGs até 2001. **www.arca.fiocruz.br**, 2022. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/56520>>. Acesso em: 18/07/2023.

49. SIQUEIRA, K. Efeito do treinamento resistido sobre o ângulo de fase de pessoas vivendo com HIV. **Repositorio.uem.br**, 2023. Disponível em: <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6454>>. Acesso em: 27/06/2023.

50. WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of advanced nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

